

Tribunal julga arguido que atirou microfone contra juíza

Arguido é acusado de perturbação de órgão de soberania, dano qualificado e tentativa de ofensa à integridade física. Crimes foram praticados, durante o interrogatório para aplicação das medidas de coação, após saber que iria ficar em prisão preventiva

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O tribunal de Ponta Delgada iniciou, ontem, o julgamento de um homem de 34 anos acusado de tentar agredir uma juíza do tribunal da Ribeira Grande, após ser informado que iria ser colocado em prisão preventiva, devido a um processo de violência doméstica.

Revoltado com a decisão da juíza de instrução criminal, o arguido destruiu o monitor de um computador e o equipamento para a realização das videoconferências no tribunal da Ribeira Grande.

O arguido ainda atirou um microfone, que serve para gravar as declarações dos arguidos e testemunhas durante os julgamentos, na direção da juíza que abandonou a sala de audiências. Segundo a acusação, o microfone apenas não atingiu a juíza, porque tinha um fio de curta ligação com o gravador que impediu de chegar ao local aonde estava a juíza.

Inconformado com a decisão da juíza, em decretar-lhe a medida de coação de prisão preventiva, ainda desferiu um pontapé numa cadeira e perguntou às oficiais de justiça “aonde está ela”, deixando a entender que pretendia encontrar a juíza no interior do tribunal da Ribeira Grande.

O barulho provocado na sala de audiência motivou a entrada de dois agentes da PSP da Ribeira Grande, que tinham detido o arguido na sua residência e aguardavam a conclusão do interrogatório judicial para a aplicação das medidas de coação.

Confrontado com a acusação do Ministério Público, o arguido optou por falar no tribunal de Ponta Delgada, acabando por efetuar uma confissão, praticamente, integral e sem reservas.

Referiu que apenas não se recorda de ter pontapeado a cadeira no interior da sala de audiências. O arguido justificou o



Tentativa de agressão a uma juíza da Ribeira Grande aconteceu em setembro de 2015

seu comportamento com um “período difícil da sua vida” e informou que estava sob o efeito de produtos estupefacientes.

“O que mais faz confusão ao tribunal é virem contar que estavam sob o consumo de droga. Desde quando é que o consumo

de droga retira o discernimento?”, disse o juiz José Vicente, questionando se o arguido “não sabia que estava num tribunal, em frente a uma juíza, que tinha a função de administrar a justiça e aplicar a lei”.

O arguido acabou por assu-

ARQUIVO AQ/ EDUARDO RESENDES



Processo começou a ser julgado em Ponta Delgada

Ministério Público pediu uma pena de prisão efetiva para o arguido

Durante as alegações finais deste processo, o Ministério Público defendeu a condenação do arguido, com uma pena de prisão efetiva, porque “o arguido apresenta uma personalidade conflituosa”.

“Apesar de agora demonstrar um arrependimento a verdade é que demonstra um comportamento agressivo. Praticou todos os crimes que não tiveram uma maior gravidade devido à presença da PSP. Para além da condenação da PSP. Para além da condenação em pena de prisão também foi solicitado o pagamento dos danos causados no tribunal da Ribeira Grande.

A defesa do arguido admitiu o “comportamento censurável”, mas pediu uma justa apreciação dos fatos pelo tribunal”. ♦

mir estar “muito arrependido” e pediu “imensas desculpas à juíza e funcionários do tribunal”, mas acabou por levar uma reprimenda do juiz.

“O senhor não foi parar ao tribunal porque estava a dar milho aos pombos. Foi porque tinha sido detido por violência doméstica. Sabia que aquela senhora juíza estava a trabalhar e tinha de decidir sobre as medidas de coação, porque senão seria ela a cometer um crime”, acrescentou o juiz.

José Vicente indicou que o arguido “não estava num café, mas no interior de um tribunal, que é um órgão de soberania”.

O arguido acabou por assumir que “não conhecia a juíza, nem se sentia injustiçado por nenhuma decisão anterior”.

O juiz José Vicente acabou por salientar que “a juíza estava ali a fazer o seu trabalho. Ninguém conhecia o senhor. Apenas se sabia que se dizia que tinha feito alguma coisa e tinha



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES

Arguido deste processo cumpre pena por violência doméstica



PSP reforça policiamento a pedido do tribunal

tido detido. A nossa função é avaliar o que fez ou não, e decidir, conforme o que está previsto neste livro (apontando para o Código Penal e Código de Processo Penal). É esta a nossa função. Não temos nada contra o senhor”, indicou.

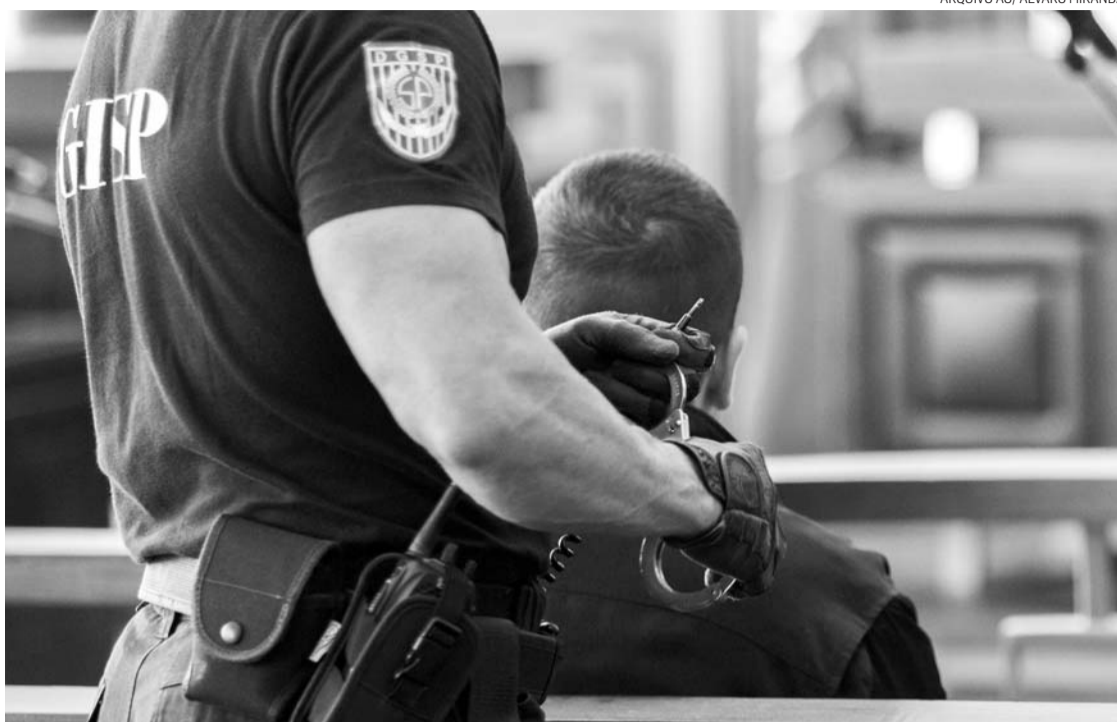
O arguido acabou por assumir que atirou o microfone em direção à juíza, após ter conhecimento que iria ficar em prisão preventiva.

“Não tinha a intenção de atingir a juíza. Nem sei o que se passou na minha cabeça. Quando soube que ia ficar em prisão

preventiva fiquei fora de mim”, declarou em tribunal.

O arguido já foi julgado no processo original, pela autoria do crime de violência doméstica, sendo condenado a uma pena de três anos e cinco meses de prisão efetiva.

Está atualmente a cumprir esta pena de prisão no estabelecimento prisional de Ponta Delgada. A leitura do acórdão sobre o processo por dano, tentativa de ofensa à integridade física e perturbação de órgão de soberania está marcada para o início de junho.♦



ARQUIVO AO/ ALVARO MIRANDA

Reforçadas medidas de segurança nos tribunais para proteger os juizes e procuradores do Ministério Público

Caso motivou alteração nos procedimentos de segurança

Processo violento na Ribeira Grande motivou um reforço das medidas de segurança nos tribunais da ilha de São Miguel

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

A tentativa de agressão a uma juíza do tribunal da Ribeira Grande, em setembro de 2015, foi um dos atos mais violentos contra o funcionamento da Justiça nos Açores.

Segundo as informações recolhidas, o comportamento do arguido é, absolutamente, incomum, mesmo a

nível nacional. A situação acabou por motivar um reforço das medidas de segurança nos tribunais e a implementação de procedimentos para garantir o reforço da segurança dos juizes, mas também dos procuradores do Ministério Público.

A fase mais visível do aumento de segurança é a presença de vigilantes de empresas privadas nos tribunais.

Foi também instalado um pórtico de controle das testemunhas e arguidos no tribunal de Ponta Delgada para detetar metais, com o objetivo de impedir a entrada de armas nos tribunais.

Foram aplicados novos pro-

cedimentos internos para garantir a proteção dos juizes e procuradores, mas que não foram divulgados “por questões de segurança”.

Uma fonte do tribunal contou que, após a aplicação das novas medidas de segurança, “nunca mais houve uma situação de perturbação do órgão de soberania”.

Atualmente, todos os interrogatórios a detidos para a aplicação das medidas de coação, são realizados em Ponta Delgada, pelo juiz Pedro Soares Albergaria, sendo que apenas na sua ausência, os detidos são enviados para interrogatórios nos tribunais da Ribeira Grande ou Vila Franca do Campo.♦

Todo o tipo de caixilharia em Alumínio: PORTAS - JANELAS - PERSIANAS - VARANDAS - MARQUISES - VIDRO DUPLO, etc...

Pioneiros no ramo

MCB
ALUMÍNIOS



Uma garantia de qualidade



PARQUE INDUSTRIAL DA
RIBEIRA GRANDE

Telf/Fax : 296477014 Tel: 296477366 tlm: 924089516 geral@mcb.pt